

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª. EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
PARA OFERTA PÚBLICA, DA NORDESTE QUÍMICA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, Nordeste Química Participações S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 228, sala 1.201, inscrita no CGC/MF, sob o No.73.615.395/0001-00 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; como Interviente Garantidora, ou simplesmente GARANTIDORA, NORDESTE QUÍMICA S.A. - NORQUISA, com sede na Bahia, na Rua Eteno no. 1561, Complexo de Camaçari, Município de Camaçari, Bahia, CGC no. 15.659.535/0001 - 46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interviente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no C.G.C. sob o no. 36.113.876/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, no. 151, grupo 901, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ; vêm celebrar a presente escritura da Emissão de debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 23 de novembro de 1993.

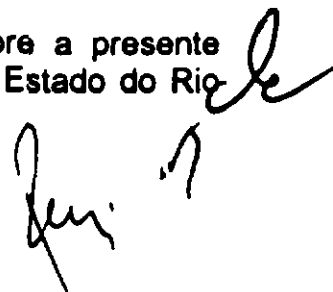
II - DOS REQUISITOS:

1 - Registro na Comissão de Valores Mobiliários:

A presente emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários doravante designada CVM, na forma das leis no. 6.385, de 07.12.76 e no. 6.404, de 15.12.76 e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

2) Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures, será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio



Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Gazeta Mercantil.

3) Registro da Escritura

Esta escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

III - DA EMISSÃO

A presente emissão de debêntures não conversíveis em ações observará as seguintes condições e características.

1 - COLOCAÇÃO:

O lançamento será público mediante a interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM 13/80.

2 - QUANTIDADE DE TÍTULOS DA EMISSÃO, FORMA E VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Poderão ser emitidas 3.000 (três mil) debêntures simples, nominativas, não endossáveis, de valor nominal unitário de CR\$ 1.766.900,00 (hum milhão e setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzeiros reais), na data da emissão.

3 - VALOR TOTAL DA EMISSÃO:

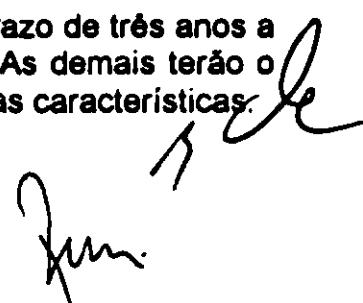
O valor total da emissão tendo como referência a data de 01.11.93 será de CR\$5.300.700.000,00 (Cinco bilhões e trezentos milhões e setecentos mil cruzeiros reais).

4- DATA DE EMISSÃO:

Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures é 01.11.93.

5 - DATA DE VENCIMENTO:

As debêntures da primeira série da presente emissão terão prazo de três anos a partir de sua emissão, vencendo-se, portanto, em 01.11.96. As demais terão o vencimento que fôr definido pela RCA que deliberar sobre suas características.



Por ocasião do vencimento final das debêntures, mediante apresentação dos respectivos certificados, se emitidos, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido de juros e prêmios, se houver, na forma deste instrumento.

6 - SÉRIES:

A emissão terá número indeterminado de séries, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre as demais séries.

7- CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL:

O valor nominal das debêntures da 1a. série será atualizado a partir da data de emissão de acordo com a variação acumulada do IGP-M, Índice de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Na hipótese de inexistência, na ocasião, dos índices de atualização do IGP-M, aplicar-se-á um outor índice que preserve o valor da moeda no tempo, desde que mutuamente acordado entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.1 A apuração do montante das obrigações cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, ou, ainda, em casos em que os índices supra não sejam conhecidos na data do pagamento dar-se-á mediante aplicação, pela EMISSORA, da variação "pró-rata - temporis" do IGP-M com base no último índice conhecido.

8 - DELEGAÇÃO:

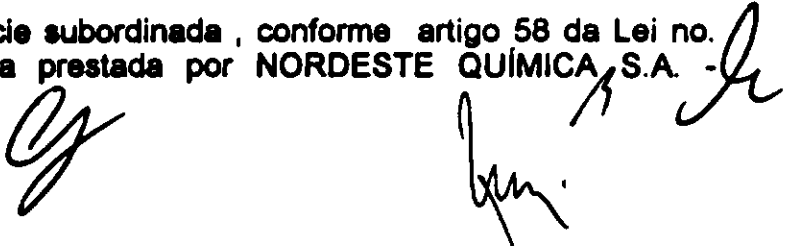
A eventual deliberação, no que tange às condições das debêntures constantes dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei no. 6.404/76, foi delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA, pela Assembléia Geral mencionada na Cláusula I desta Escritura.

9 - NEGOCIAÇÃO:

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizada pelo CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

10. ESPÉCIE:

As debêntures serão da espécie subordinada, conforme artigo 58 da Lei no. 6.404/76, acrescida de fiança prestada por NORDESTE QUÍMICA S.A.



NORQUISA, através de carta de fiança solidária, com renúncia do benefício de ordem, a qual garante, independentemente da ordem de nomeação, o integral cumprimento das obrigações assumidas pela emissora.

11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO:

Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição dos títulos é o valor nominal da debênture atualizado monetariamente até o dia da subscrição conforme item 7 desta cláusula III, acrescido de juros e prêmios, se houver, calculados por dias decorridos, desde 01/11/93 até a data da subscrição.

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição.

12. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:

As debêntures, após sua permuta ou seu vencimento final, não mais farão jus à atualização, conforme previsto nesta Escritura, nem a juros e prêmios, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos.

13. RENDIMENTOS DAS DEBÊNTURES:

As debêntures renderão aos seus titulares juros remuneratórios e/ou prêmios, os quais poderão ser determinados pelo Conselho de Administração da companhia.

14. LOCAL DE PAGAMENTO:

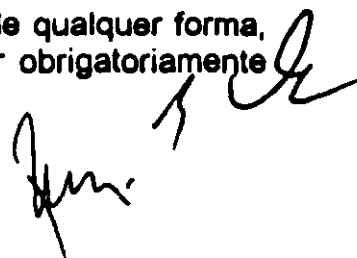
Os pagamentos referentes ao principal e aos rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA através do Sistema da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA ou Instituição Depositária, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a este Sistema.

15. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, sem que da prorrogação decorra qualquer acréscimo, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário.

16. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente



comunicados aos debenturistas no Jornal "Gazeta Mercantil", podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

17. VENCIMENTO ANTECIPADO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor total atualizado das debêntures em circulação, acrescido de juros, por dias decorridos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;

b) decretação de falência da EMISSORA;

18. RESGATE ANTECIPADO:

A Emissora poderá, a qualquer tempo a partir de 01.11.94, desde que comunique sua intenção com antecedência mínima de trinta dias, por meio de avisos publicados na imprensa na forma do item 16 desta cláusula, promover o resgate total ou parcial das debêntures, neste caso mediante sorteio, por preço equivalente ao valor nominal atualizado, acrescido dos juros remuneratórios e prêmios, se houver, incorridos até a data do efetivo resgate.

19. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

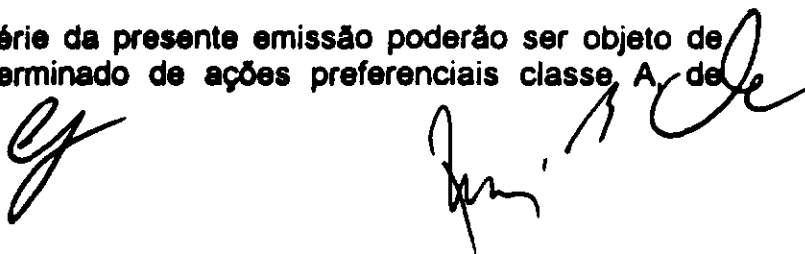
A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado, debêntures em circulação, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei 6.404/76.

20. ENCARGOS MORATÓRIOS:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão atualizados nos termos do item 7 desta cláusula e ficarão sujeitos a juros e prêmio, na forma estabelecida neste instrumento, bem como a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (hum inteiro por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

21. CLAUSULA DE PERMUTA POR AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE A DE EMISSÃO DA COPENE PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.

As debêntures de qualquer série da presente emissão poderão ser objeto de permuta por número pré-determinado de ações preferenciais classe A de



emissão da COPENE Petroquímica do Nordeste S.A., de propriedade da Emissora, que as caucionará em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 39, I, da Lei 6.404/76.

Desde já fica avençado que a permuta da debênture por ações preferenciais classe "A", de emissão da COPENE implicará, automaticamente, no cancelamento da respectiva debênture e na perda do direito à percepção dos juros e prêmios incorridos desde a data da emissão ou da data do último vencimento de juros e prêmio (quando já houver ocorrido algum vencimento de juros e prêmio) até a data em que fôr solicitada a mencionada permuta.

IV DOS TÍTULOS DA 1a. SÉRIE

As debêntures da 1a. série terão as seguintes condições e características:

1. QUANTIDADE DE TÍTULOS:

Serão emitidas mil debêntures da 1a. série.

2. VALOR NOMINAL DOS TÍTULOS:

As debêntures da 1a. série terão valor nominal unitário de CR\$ 1.766.900,00 (um milhão e setecentos e sessenta e seis mil e novecentos cruzeiros reais) na data da emissão, em 01.11.93.

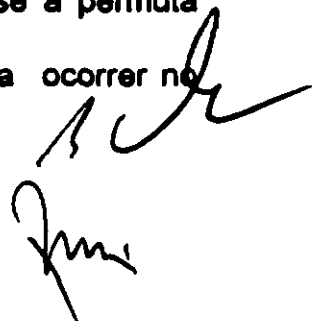
3. VALOR DA SÉRIE:

O valor da 1a. série será de CR\$ 1.766.900.000,00 (um bilhão e setecentos e sessenta e seis milhões e novecentos mil cruzeiros reais) na data da emissão, em 01.11.93.

4. CLÁUSULA DE PERMUTA POR AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A" DE EMISSÃO DA COPENE PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.:

Cada debênture da primeira série poderá ser permutada por ações preferenciais classe "A" do capital social da COPENE PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A., a qualquer tempo, à opção dos debenturistas, a partir da data de subscrição, nas seguintes quantidades e condições:

- a) 31.250 (trinta e uma mil e duzentas e cinquenta) ações, se a permuta ocorrer no período de 01.11.93 a 31.10.94;
- b) 28.500 (vinte e oito mil e quinhentas) ações, se a permuta ocorrer no período de 01.11.94 a 31.10.95; e



c) 26.300 (vinte e seis mil e trezentas) ações, se a permuta ocorrer no período de 01.11.95 até o vencimento.

4.1 As quantidades estipuladas no "caput" deste item serão ajustadas sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

4.2 Caução - Para assegurar a permuta das debêntures por ações preferenciais classe "A" de emissão da Copene Petroquímica do Nordeste S.A., prevista na presente Escritura, a EMISSORA oferece e constitui, a favor dos debenturistas da 1a.série, garantia consubstanciada em caução de ações, como segue:

A EMISSORA, tendo a propriedade, livre e desembaraçada de quaisquer ônus, de 31.250.000 (trinta e um milhões e duzentas e cinquenta mil) ações preferenciais classe "A", escriturais, de emissão da COPENE - PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A., cauciona essas ações aos debenturistas nos termos do artigo 39, I, da Lei 6.404/76.

4.2.1 A presente caução subordinar-se-á, ainda, às seguintes condições:

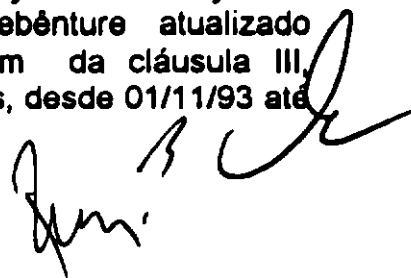
A caução das ações descritas integra a presente escritura fazendo com que esta produza seus efeitos de direito. Farão parte da presente garantia pignoratícia todos os desdobramentos e bonificações às ações caucionadas. Será permitido à EMISSORA, outrossim, efetuar todas as subscrições por aumento de capital da sociedade emissora das ações caucionadas, ficando, entretanto, obrigada a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO sua eventual renúncia à preferência na subscrição das ações.

4.3 Desde já fica avençado que a permuta da debênture por ações preferenciais classe "A", de emissão da COPENE implicará, automaticamente, no cancelamento da respectiva debênture e na perda do direito à percepção dos juros e prêmios incorridos desde a data da emissão ou da data do último vencimento de juros e prêmio(quando já houver ocorrido algum vencimento de juros e prêmio) até à data em que fôr solicitada a mencionada permuta.

4.4 A EMISSORA está autorizada a liberar da caução ora efetuada, a partir de 01.11.94 e de 01.11.95, as quantidades de ações preferenciais classe "A" de emissão da Copene, porventura ainda não permutadas, excedentes ao número máximo de ações que poderá ser objeto de permuta pelas debêntures, conforme "caput" desta cláusula.

5.PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO:

Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição da debênture da 1a. série é o valor nominal da debênture atualizado monetariamente até o dia da subscrição conforme item da cláusula III, acrescido de juros e prêmio, calculados por dias decorridos, desde 01/11/93 até



a data da subscrição, nos termos dos itens 6 e 7 desta cláusula. O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição.

6. JUROS REMUNERATÓRIOS:

Às debêntures de emissão da 1a. série, ressalvado o disposto no item 4.3 da presente cláusula IV, serão conferidos juros efetivos à razão de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao semestre, que serão sempre calculados por dias decorridos desde 01.11.93 ou, se ocorrido algum vencimento de juros, da data do último vencimento dos juros, e incidentes sobre o valor nominal atualizado na forma do item 7 da cláusula III, pagos nas datas dos respectivos vencimentos, ou seja, 01.05.94, 01.11.94, 01.05.95, 01.11.95, 01.05.96 e 01.11.96.

Para todos os efeitos de cálculo deste instrumento, o ano será de 365 dias.

7. PRÊMIO:

Às debêntures da primeira série da presente emissão, ressalvado o disposto no item 4.3 desta cláusula, será conferido prêmio à razão de 1,27% (um vírgula vinte e sete centésimos por cento) ao semestre, que serão sempre calculados por dias decorridos desde 01.11.93 ou, se ocorrido algum vencimento de prêmio, da data do último vencimento do prêmio, e incidentes sobre o valor nominal atualizado na forma do item 7 da cláusula III, pagos nas datas dos respectivos vencimentos, ou seja, 01.05.94, 01.11.94, 01.05.95, 01.11.95, 01.05.96 e 01.11.96.

V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

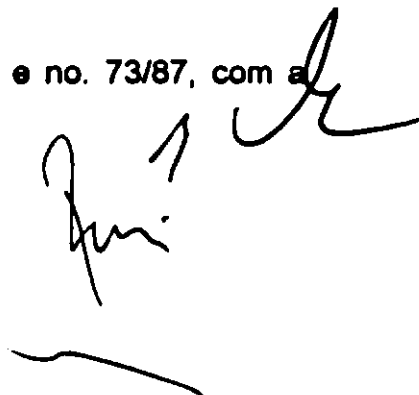
A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

b) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;

c) as informações pertinentes à Instrução CVM no. 60/87 e no. 73/87, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;



2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal, juros e prêmio das debêntures, objeto desta Escritura;

3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as Demonstrações Financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei no. 6.404/76, quando solicitado;

5. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

VI - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

1) Os titulares das debêntures previstas nesta escritura poderão reunir-se, a qualquer tempo, em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2) A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela emissora, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) dos títulos em circulação ou pela C.V.M..

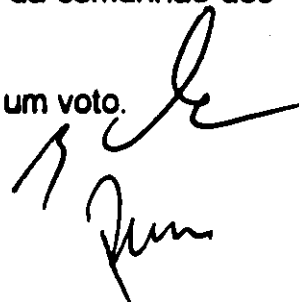
3) Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15.12.76 sobre a Assembléia Geral de Acionistas.

4) A Assembléia se instalará, em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5) O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6) A Assembléia poderá pelo voto de titulares de, no mínimo, metade das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures propostas pela EMISSORA, bem como matérias de interesse da comunhão dos debenturistas.

7) Nas deliberações da assembléia, a cada debênture caberá um voto.



8) Para efeito de constituição de "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures em circulação as pertencentes à EMISSORA.

VII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão da presente Escritura, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

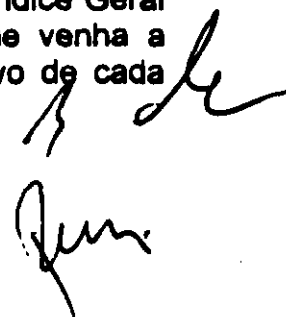
- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da lei nº. 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou final de período.

4- Serão devidos pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

4.1. Parcelas trimestrais equivalentes a CR\$ 227.570,00 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos e setenta cruzeiros reais), a serem pagas em 01/03, 01/06, 01/09 e 01/12 de cada ano, sendo a primeira em 01/12/93 e a última no vencimento trimestral anterior ao vencimento ou cancelamento da emissão:

4.1.1. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo IGP - M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na falta deste, por outro índice que venha a substituí-lo, a partir de 01.10.93 até às datas de pagamento efetivo de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia, se necessário;



4.1.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência do item 4 desta cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

4.2. Na hipótese da presente emissão não ocorrer, por quaisquer motivos, a remuneração prevista no item 4 desta cláusula não será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

5. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO, desde que justificadas, de todas as despesas necessárias para que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

5.1. O ressarcimento a que se refere o item 5 desta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega, à EMISSORA, dos documentos comprobatórios das despesas incorridas para proteção dos direitos dos debenturistas.

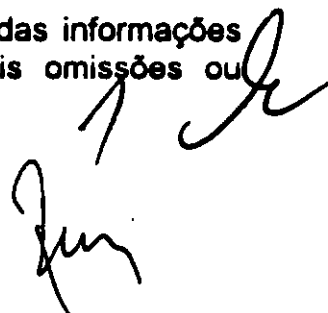
5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive:

- a) publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) expedição de certidões; e
- c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do subitem 5.1. acima, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades de tais informações;



g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Vara da Fazenda Pública, Cartórios de Projeto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, respeitado o disposto na cláusula VI deste instrumento, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 16 da cláusula III;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei no. 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

m.1. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

m.4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

m.5. resgate, amortização, permuta, repactuação e pagamento de juros e prêmios das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos Administradores da EMISSORA;

m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;

m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

m.9. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e

m.10. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias prestadas às debêntures.

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

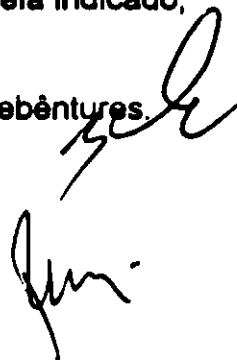
n.1. na sede da EMISSORA;

n.2. no escritório ou quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3. na CVM;

n.4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso e;

n.5. nas instituições financeiras que liderem a colocação das debêntures.



o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 16 da cláusula III, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "N" acima;

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

q) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

s.1. à CVM;

s.2. às Bolsas de Valores, quando for o caso.

7. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto nesta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) declarar, conforme o previsto no item 17 da cláusula III, retro, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;

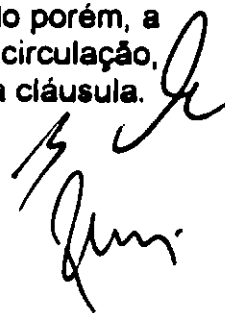
b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA; e

d) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem garantias reais.

7.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere a ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no item 17 da cláusula III, retro.

7.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 7 desta cláusula, se, a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do item 7 desta cláusula.



7.3 Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

8. Nas hipóteses de impedimentos temporários ou definitivos, renúncia, concordata, falência, intervenção, liquidação judicial ou extra-judicial, ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avencada.

8.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para este fim.

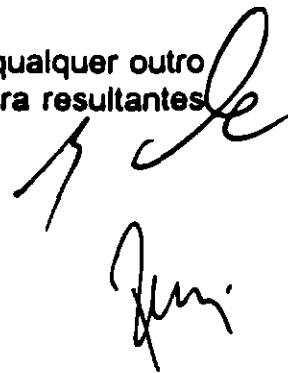
8.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8o. da Instrução CVM no.28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

8.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.

8.5. Aplicam-se às hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por ato da CVM.

VIII- DO FORO:

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para definir as questões porventura resultantes desta escritura.



Estando assim certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1993.


NORDESTE QUÍMICA PARTICIPAÇÕES S/A - EMISSORA


NORDESTE QUÍMICA S/A - NORQUISA - GARANTIDORA


OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA - AGENTE FIDUCIÁRIO DOS DEBENTURISTAS

TESTEMUNHAS


Antonio Pereira da Silva


Claudio Luiz da Silva Calvo